

SURGIMENTO E APRESENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO PRODUTOR RURAL FAMILIAR COM ÊNFASE NO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU/PR

Andrieli Silvana Panaczewicz (PIC/Uem), Elizete Conceição da Silva
(Orientador), e-mail: elizetecsilva2007@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Departamento de Ciências Sociais
Ciências humanas – Sociologia

Palavras-chave: Mundo rural, agricultura familiar, desenvolvimento rural

Resumo:

O projeto de iniciação científica objetivou compreender a dinâmica das Políticas Públicas no contexto da produção rural familiar, em relação a efetividade, praticidade e, acesso do beneficiário com ênfase no município de Cândido de Abreu/PR. Apesar da importância da agricultura familiar brasileira, historicamente, o setor esteve por muito tempo excluído das políticas públicas, uma vez que os recursos estatais eram direcionados às grandes propriedades monocultoras de produtos destinados à exportação. Neste sentido, os estímulos recebidos por parte do Estado asseguraram a produção da grande propriedade, cabendo ao pequeno produtor um lugar subalterno ao longo do século XX. A agricultura familiar é responsável por grande parte dos alimentos que compõem a mesa dos brasileiros, contudo, o pequeno produtor se depara com algumas barreiras no momento de acessar os programas de incentivo voltados ao segmento. A pesquisa tem caráter quali-quantitativo. Os dados empíricos foram obtidos por meio de aplicação de questionários, junto aos agricultores familiares e aos representantes das instituições que administram as políticas públicas voltadas à produção familiar no município de Cândido de Abreu/ PR. Seja plantando, arroz, feijão, banana, batata, verduras, dentre tantos outros produtos agrícolas é o cultivo em pequena escala que garante a subsistência de várias famílias (produtoras ou não) e assegura a demanda de produtos do mercado interno.

Introdução

Não obstante a diversidade cultural, social e econômica da pequena produção rural brasileira, a formulação de políticas públicas para esse setor foi sempre negligenciada, principalmente no período pós-guerra, no qual essa formulação objetivou-se por uma modernização da produção agrícola e agropecuária que veio a se tornar um padrão de desenvolvimento rural excludente e desigual (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Somente na década de (19)90, a pequena produção familiar no Brasil começou a ter reconhecimento enquanto categoria social e produtiva, e, a

partir de então o Estado age na formulação e implementação de programas e políticas públicas¹.

A produção de alimentos é a atividade fundamental para a existência da humanidade, sendo o trabalho, empenho e produção dos pequenos agricultores rurais familiares brasileiros que alimenta boa parte das famílias do país. Seja plantando, arroz, feijão, trigo, batata, verduras, banana, dentre tantos outros produtos agrícolas, é o cultivo em pequena escala que garante a subsistência de várias famílias (produtoras ou não) e assegura a alta demanda de produtos do mercado interno, bem como contribuem no desenvolvimento local e regional.

É preciso atentar-se sobre o papel e a dinâmica das políticas públicas voltadas ao setor agrícola no contexto da pequena produção rural familiar, bem como, a efetividade, a praticidade e o acesso dos beneficiários às mesmas. Visando compreender essas questões, a presente pesquisa reportou-se a livros, artigos e dados “on-line”. Também foi realizada pesquisa empírica por meio de aplicação de questionários, o qual foi elaborado com questões abertas e fechadas, junto aos representantes técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura, da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e do Banco Cooperativa CRESOL, bem como, a 6 agricultores familiares do município de Cândido de Abreu. O método adotado de pesquisa foi o quali-quantitativo.

De forma geral o presente trabalho enfoca o mundo rural brasileiro, enfatizando como a terra e as questões agrárias ocuparam e ocupam importante papel na sociedade. Primeiramente aborda-se a modernização no campo, destacando sua contribuição para com: maior concentração de terra, aumento das desigualdades sociais e aumento do êxodo rural. Em segundo momento faz-se a apresentação e análise das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, enfatizando o desenvolvimento rural e as políticas de apoio e incentivo ao produtor familiar a partir da década de (19)90.

Por fim, apresenta-se por meio de dados populacionais e econômicos o município de Cândido de Abreu localizado no Estado do Paraná, bem como, a importância e predominância do setor rural, em especial a agricultura familiar no referido município.

É a partir da identificação das necessidades específicas do setor de produção familiar que se compõem a base de um projeto nacional de desenvolvimento para o segmento rural brasileiro, e conseqüentemente pode-se implementar uma política pública que objetiva o desenvolvimento da agricultura familiar (JUNQUEIRA *et al*, 2008).

Diante da história do setor agrícola brasileiro, bem como suas particularidades e problemas enfrentados pelos pequenos produtores familiares, é inegável a necessidade de políticas públicas eficazes e

¹ Políticas públicas, segundo Secchi (2010), são consideradas o Estado em ação, implantando projetos, programas e ações voltados para setores específicos da sociedade e, é de responsabilidade dele a implementação e manutenção das mesmas.

pertinentes que visem à extinção das desigualdades, o desenvolvimento familiar, a retração de êxodos rurais, dentre outros.

Materiais e métodos

O método de pesquisa utilizado refere-se à análise quantitativa e qualitativa. Foi realizada pesquisa bibliográfica de livros, artigos, revistas científicas e em alguns sites eletrônicos sobre o tema. Predominaram fontes bibliográficas. Com relação à pesquisa empírica, contribuíram para a mesma: a instituição EMATER, a Secretaria de Agricultura, o Banco Cooperativa CRESOL do município de Cândido de Abreu, bem como, 6 agricultores familiares.

Resultados e Discussão

Cândido de Abreu é um dos municípios do Paraná que tem no rural a base de todo seu desenvolvimento. Fato inegável tanto dos técnicos das instituições, quanto dos produtores familiares, é que, são as atividades da agricultura familiar que contribuem para o giro comercial, tanto no que se refere a produção de alimentos que os munícipes consomem, quanto no que diz respeito aos insumos e serviços que a categoria produz.

Ao analisar como as políticas públicas voltadas a agricultura familiar chegam ao pequeno produtor, se constata que por vezes as mesmas deixam a desejar, como é apresentado por meio dos dados empíricos obtidos junto a alguns produtores no município de Cândido de Abreu: todos os produtores familiares entrevistados, sem exceção, acreditam que o acesso aos programas deveria ser mais fácil.

A pesquisa demonstra que tais políticas públicas, apesar do atual caráter inclusivo, não chegam a sua demanda de forma eficiente. Os próprios produtores familiares destacam o processo burocrático como uma das principais dificuldades no acesso efetivo aos programas, dentre as queixas apresentadas destacam-se: quantidade de documentos exigidos, movimentação intensa entre os órgãos institucionais envolvidos e, a demora no processo. Decorrente desta morosidade, muitos produtores desistem de se inserirem nos programas.

Em contraponto, os técnicos representantes das instituições que administram as políticas públicas no município, garantem que o produtor familiar rural só é beneficiado e que muitas vezes o que falta é interesse dos mesmos.

Paralelo a essas considerações, dados demonstram que o número de produtores rurais familiares está diminuindo, juntamente com a procura aos programas, os quais deveriam beneficiá-los e incentivá-los na permanência no campo.

Desse modo, cabe questionar se a política de incentivo voltada ao pequeno produtor rural familiar está realmente abarcando-os e, até que ponto as medidas adotadas alcançam a agricultura familiar na sua real necessidade,

seja visando a diversificação das atividades, seja servindo de fonte de renda das próprias famílias produtoras, de modo a garantir sua sobrevivência e reprodução social e, assim suprimir as desigualdades no campo.

Conclusões

Pode-se constatar o quanto a terra, as questões agrárias e as relações que as permeiam sempre tiveram, e ainda têm, relevância para a sociedade como um todo, mesmo sendo a princípio consideradas apenas por seu papel econômico.

Na década de (19)60, ocorreu a modernização da agricultura do campo, denominada de “modernização conservadora”, na qual os pequenos produtores não tiveram muito a seu favor. Foi somente na década de (19)90, que a pequena produção rural brasileira começa a ter reconhecimento, sendo considerada enquanto categoria social e produtiva. A partir de então, vem a ser implantadas políticas públicas de atendimento ao setor. Dentre elas citam-se: O PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado no ano de 1996, que representa um marco importante na luta de reconhecimento da pequena produção familiar e desencadeou a emergência de outras políticas; o PAA, Programa de Aquisição de Alimentos, criado em 2003, que foi o primeiro programa de compras públicas visando à agricultura familiar; o PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar, que estabeleceu um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional; e o PNCF, Programa Nacional de Crédito Fundiário, que desde sua implantação efetiva em 2003, tem o intuito de que os trabalhadores com pouca terra ou sem-terra possam adquirir e/ou ampliar sua propriedade rural por meio de financiamento.

É importante destacar que as políticas públicas voltadas a esta categoria, envolvem questões relacionadas à capacitação, habitação rural, educação e desenvolvimento rural das famílias. Desta forma, apresentam-se articuladas com as dimensões cultural, local, familiar, e outras nas quais o produtor familiar está inserido, e se desdobram em diversas linhas de ação para atender as peculiaridades de sua demanda.

Não se nega a excelência do quadro de programas de políticas públicas na sua essência, porém a eficácia dos mesmos frente à demanda apresentada fica comprometida a medida em que o acesso dos produtores familiares é deficitário, ou seja, falta meios para que o pequeno produtor familiar tenha mais informação sobre as mesmas, assim como precisa-se reduzir a burocracia e apresentar maior agilidade no processo de inserção às políticas públicas.

Para que haja o fortalecimento e valorização da agricultura familiar, há a dependência de um conjunto de fatores, tais como: econômicos, sociais, políticos e culturais que devem ser implementados de forma articulada por diversos atores e instrumentos, e para tal, a presença e a ação do Estado é insubstituível, tanto na elaboração quanto na implantação de políticas

públicas eficientes, acessíveis e que atendam as reais necessidades de sua demanda.

Referências

IANNI, O. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: brasiliense, 2004.

JUNQUEIRA, C. P; LIMA, J. F. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**. Londrina: Semina, v. 29, n. 2, jul./dez. 2008.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: cengage learning, 2010.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.